

**PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 005/2022**

**EMENDA IMPOSITIVA AO PROJETO DE LEI  
"QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023".**

Nos termos do artigo 142, Inciso VII, e artigo 163, Inciso V, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Cuiabá, bem como do artigo 100, parágrafos 6º e 8º da Lei Orgânica do Município (LOM), encaminho a presente **EMENDA IMPOSITIVA**, referente ao Processo Eletrônico nº 16725/2022 (MSG 094/2022 em substituição a MSG 077/2022) do Executivo Municipal que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2023, em análise.

**Art. 1º** Modifica no Projeto de Lei Substitutivo que “estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro 2023”, suplementando a dotação orçamentária destacada no quadro abaixo:

Órgão	16 – Secretaria Municipal Saúde	
Unidade Orçamentária	601 – Fundo Único Municipal de Saúde	
Função	10 – Saúde	
Sub-Função	301 – Atenção Básica	
Programa	0038 – Investimento (SUS)	
Sub(Proj./Ativ./Oper.Esp)	1238 – Investir na Rede de Atenção Básica da SMS	
Natureza de Despesa	4.4.90.51 – Obras e Instalações	
Fonte	015001002000 – Recursos Ordinários	
Descrição		Valor
Transferência de recursos para a Secretaria Municipal de Saúde para Reforma geral e Ampliação da UBS do Bairro Cidade Verde.		250.000,00

**Art. 2º** Os valores acima consignados serão oriundos de remanejamento parcial de valores oriundos de remanejamento orçamentário com contrapartida de anulação indicada no quadro abaixo:

Órgão	02 – Secretaria Municipal de Governo
Unidade Orçamentária	101 – Secretaria Municipal de Governo
Função	04 - Administração



Sub-Função	122 – Administração Geral
Programa	0014 – Apoio Administrativo
Sub(Proj./Ativ./Oper.Esp)	8005 – Provisão para Emendas Parlamentares
Natureza de Despesa	3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
Fonte	015001002000 – Recursos Ordinários
Valor	R\$ 250.000,00

**Art. 3º** Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A proposta pretende obrigar o município a executar as emendas parlamentares aprovadas pela Câmara para o Orçamento anual de 2023.

Essas emendas são os recursos indicados por Vereadores para manter, ampliar e auxiliar as atividades de entidades e associações em nosso município. De acordo com a receita do município, o valor destinado a cada vereador para propor emendas tem um limite de até 1% da receita corrente líquida do ano anterior (impostos e outras receitas, descontadas contribuições previdenciárias, PIS, PASEP e duplicidades). Ainda é previsto por Lei que deste percentual 50% devem ser empregados em ações e serviços de Saúde.

O município é hoje um dos entes políticos mais importantes na estrutura organizacional do estado brasileiro. O cidadão vive e mora no município, e é nele que as coisas acontecem, é nele que se vive em sociedade, é nele que repousam as aflições, os intentos e as demandas da população. Portanto, toda política pública tem de visar em primeiro lugar o bem-estar dessas comunidades espalhadas pelo Brasil.

A Câmara Municipal tem a sua autonomia financeira e administrativa, competência para elaborar a Lei Orgânica do Município e legislar sobre assuntos de interesse local, além disso, tem a competência de emendar as **Leis Orçamentárias (PPA, LDO, LOA)**.

Não obstante, avanços são importantes, que essa autonomia seja ampliada e que o Poder Legislativo Municipal sirva de exemplo para a sociedade, atuando como uma caixa de ressonância entre o Poder Executivo e o Município.

Diante do exposto, solicito aos meus nobres pares a aprovação desta emenda que irá atender o anseio das comunidades da nossa capital.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2022.

